

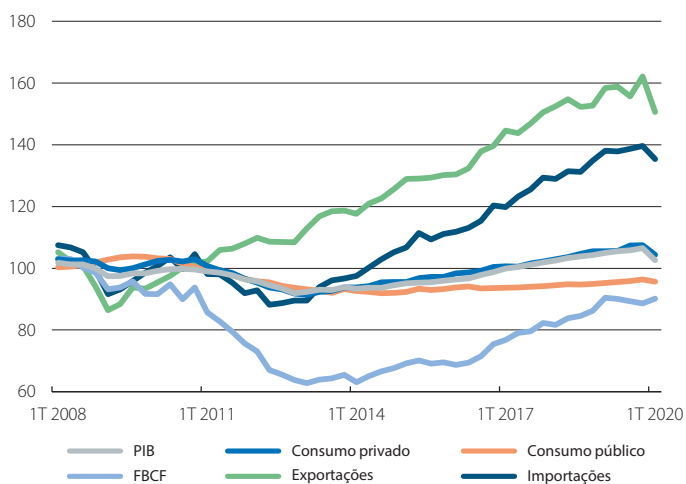
A COVID-19 penaliza fortemente a atividade, mas aparecem sinais paulatinos de recuperação económica

Forte impacto da COVID-19 no primeiro trimestre do ano. O PIB contraiu 2,3% homólogo (–3,8% em cadeia) no 1T devido às medidas de distanciamento social, o que representa uma contração trimestral superior às ocorridas durante a crise financeira. O impacto negativo na atividade foi especialmente forte nos últimos dias de março, quando foi instaurado o estado de emergência em Portugal e as medidas de confinamento foram máximas. Assim, dos agregados do 1T, podemos inferir que a queda na atividade foi de cerca de 25% nessas semanas. No detalhe por componentes do conjunto do trimestre, é possível observar um forte impacto na procura interna e externa. Especificamente, o consumo das famílias caiu 1,0% homólogo (–3,0% em cadeia) e o investimento (formação bruta de capital) 2,5% (a formação bruta de capital fixo contraiu 0,3 % homólogo), enquanto o consumo público aumentou 0,5%. No seu conjunto, a procura interna subtraiu 1,1 p. p. ao crescimento homólogo do PIB e –2,0 p. p. ao crescimento em cadeia. Por sua vez, a procura externa também caiu acentuadamente, registando uma contração das exportações de bens e serviços (7,1% em cadeia e 4,9% homólogo) superior à registada pelas importações (3,1% em cadeia e 2,0% homólogo).

São esperadas quedas mais acentuadas no 2T 2020, apesar da recuperação incipiente em maio. Os indicadores mais recentes mostram uma forte retração da atividade em abril, causada pelo prolongamento do confinamento durante o mês inteiro razão pela qual, no segundo trimestre, haverá mais semanas afetadas pelas restrições de mobilidade do que no 1T. Especificamente, os indicadores coincidentes do Banco de Portugal para a atividade agregada e para o consumo (fortemente correlacionados com o PIB e com o consumo) caíram para –1,7% e –2,7% em abril, respetivamente, acentuando as descidas de –0,9% e –1,5% já registadas em março. Indicadores como consumo de eletricidade e combustível também são indicativos do nível de paralisação da atividade em abril. Assim, o consumo de eletricidade nos dias úteis caiu 13,8%, o de gasóleo, 46,9% e o de gasolina, 58,4%. Os dados respeitantes aos pagamentos com cartão de débito e crédito refletem também uma desaceleração do consumo ao registarem uma queda de cerca de 38% em abril. No respeitante a maio, os indicadores disponíveis ainda são limitados mas sugerem uma ligeira melhoria na atividade económica (por exemplo, vendas de carros ou indicadores de mobilidade). No mesmo sentido, o índice de compras com cartão de crédito e débito recuperou para 75 pontos (59 no final de abril e mínimo de 44 no final de março). No entanto, o consumo de eletricidade continua a apresentar uma fraca recuperação, uma vez que o consumo médio diário nos primeiros 20 dias de desconfinamento foi 1,8% inferior aos 20 dias anteriores, apesar da percentagem de empresas em

Portugal: componentes do PIB

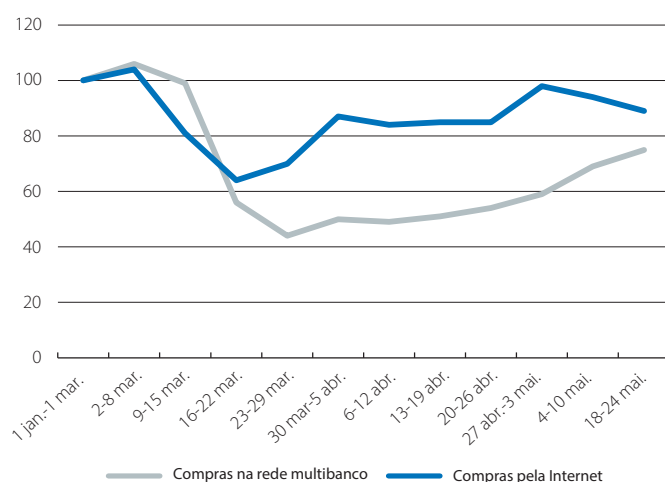
Índice (100 = 1T 2007)



Fonte: BPI Research, a partir dos dados do INE.

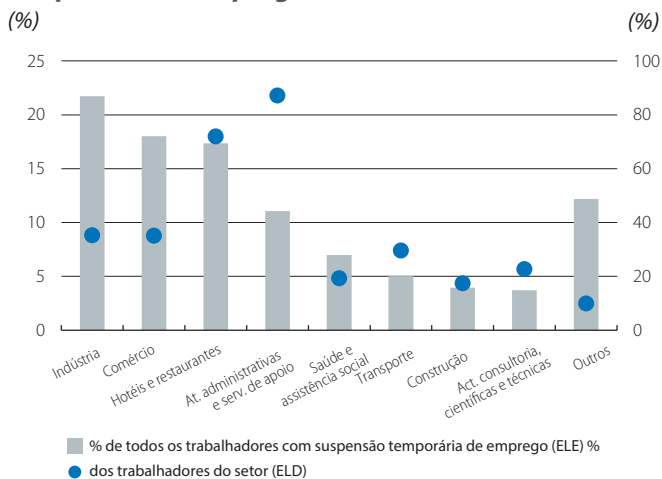
Portugal: pagamentos com cartões de crédito e débito

Índice (100 = de 1 de janeiro a 1 de março)



Fonte: BPI Research, a partir dos dados do Governo e estimativas próprias.

Portugal: trabalhadores com suspensão temporária de emprego*



Nota: *Dados acumulados até 21 de maio.

Fonte: BPI Research, a partir dos dados do INE e do GEP.

funcionamento ter aumentado para 90% em comparação com 84% na segunda quinzena de abril.

A contração da economia refletir-se-á no mercado de trabalho. Os primeiros sinais do impacto da COVID-19 no mercado de trabalho já se fizeram notar no final do 1T: descida do emprego de 0,3% homólogo (a primeira desde o 3T de 2013), tendo sido registado um aumento significativo da população inativa (devido à reclassificação de desempregados como inativos graças à incapacidade de procurarem ativamente trabalho devido às restrições impostas pela pandemia). Contudo, os dados mais recentes confirmam que o impacto será maior no 2T. Assim, o número de beneficiários de subsídios de desemprego aumentou mais de 17% homólogo em abril, alcançando as 197.949 pessoas. Ao mesmo tempo, o número de desempregados registados nos centros de emprego aumentou 30,1% homólogo em maio (dados mais recentes referentes a 26 de maio), enquanto os despedimentos coletivos afetaram mais de 2.500 pessoas (pouco menos de 1% da população desempregada) desde a declaração do estado de emergência. Finalmente, em 27 de maio, 1.332.114 pessoas estavam em situação de suspensão temporária do emprego, um fenómeno que afeta principalmente trabalhadores do setor industrial, do comércio, do alojamento e da restauração (representando mais de 57% dos trabalhadores com suspensão temporária de emprego).

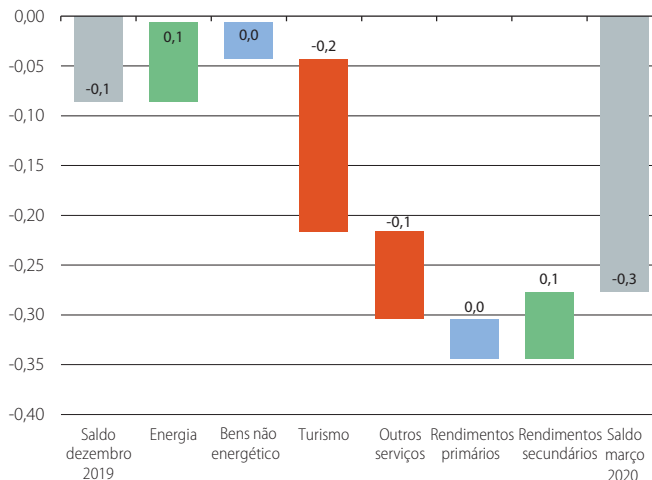
Deterioração da balança corrente no 1T. A balança corrente piorou em 595 milhões de euros nos últimos 12 meses, situando-se em -0,3% do PIB em março, uma queda de 2 décimas em relação a dezembro de 2019. Esta evolução negativa deve-se, em grande parte, à redução da balança turística e à descida das receitas do setor em março. Com esta deterioração, a capacidade de financiamento da economia em relação ao exterior diminuiu para +0,7% do PIB.

Interrupção quase total da atividade turística em abril. O mês de abril registou apenas 68.000 hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico, representando uma queda anual de 97,1% (-62,3% em março). No contexto do estado de emergência, 80,6% dos estabelecimentos de alojamento turístico encerraram ou não registaram qualquer movimento em termos de hóspedes. Além disso, 74,4% dos estabelecimentos notificaram cancelamentos de reservas para junho, 63,6% para julho e 57,5% para agosto.

O saldo orçamental piorou devido ao impacto da pandemia. Em abril, o saldo situou-se em -2,5% do PIB (acumulado no ano), representando uma deterioração face aos -1,9% no mesmo período de 2019. O impacto da COVID-19 nas contas públicas foi especialmente visível no adiamento de receitas (320 milhões de euros) e no aumento significativo de algumas despesas, como é o caso das transferências correntes e a aquisição de bens e serviços. No geral estima-se que foram já executadas despesas relacionadas com a COVID-19 num total de 345 milhões de euros até abril (0,2% do PIB). Nos próximos meses, o impacto das despesas relacionadas com medidas de apoio à economia tornar-se-á mais visível à medida que as ajudas forem implementadas e, possivelmente, ampliadas.

Portugal: balança corrente

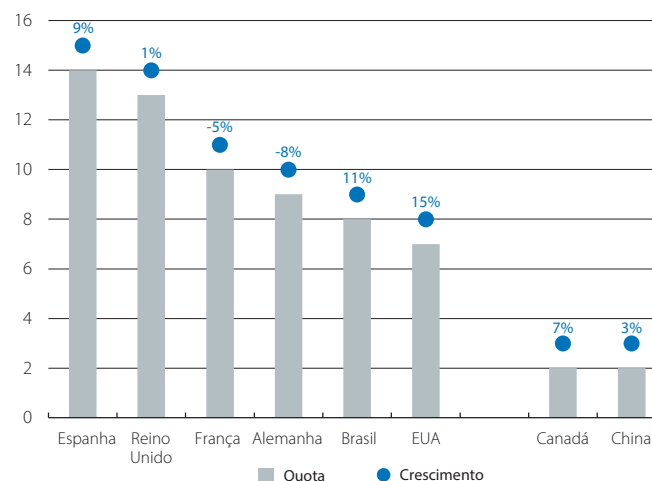
Contribuição (p. p. do PIB)



Fonte: BPI Research, a partir dos dados do Banco de Portugal.

Portugal: turismo não residente

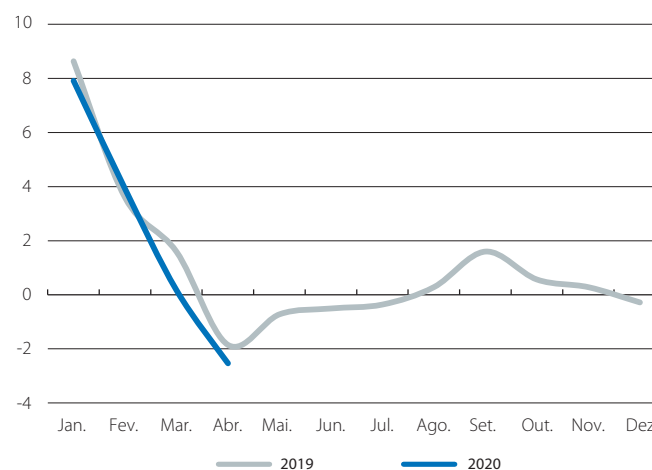
Quota e crescimento nos últimos 12 meses até março de 2020 (%)



Fonte: BPI Research, a partir dos dados do INE.

Portugal: saldo orçamental das Administrações Públicas*

(% do PIB)



Nota: *Dados das contas públicas.

Fonte: BPI Research, a partir dos dados da DGO.

Coronavírus e o turismo, dois grandes inimigos

- O início da situação pandémica em março provocou uma quebra abrupta na atividade turística.
- As estimativas sugerem que a atividade turística permanecerá reduzida durante o ano de 2020, tendo um impacto negativo e significativo no crescimento, devido à relevância do setor para a economia portuguesa.

O turismo será, inevitavelmente, um dos setores mais afetados pela pandemia do novo coronavírus, à medida que a rápida propagação da doença à escala mundial obriga à adoção de medidas extraordinárias de contenção por parte dos governos a nível global. Estas medidas, que envolveram a ativação do estado de emergência em vários países, incluindo Portugal, impuseram uma situação de confinamento social e restrições à mobilidade sem precedentes. A quase paralisação da mobilidade a nível nacional e internacional e a restrição dos hábitos de turismo, imposta pela necessidade de precaução até à existência de tratamento, irá originar quedas históricas nas receitas turísticas e terá um impacto profundo no setor. Neste artigo, vamos analisar o impacto da pandemia no turismo e o que esta situação significa para o setor durante o ano de 2020, contrastando com as previsões anteriores ao evento pandémico.

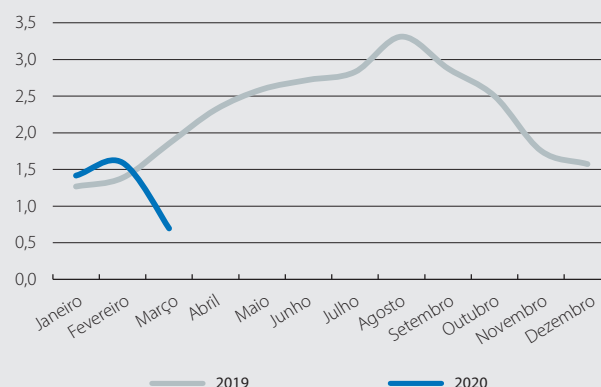
O primeiro caso de coronavírus em Portugal foi identificado a 2 de março de 2020 e duas semanas depois foi decretado o estado de emergência. O início da situação pandémica em março provocou uma quebra abrupta na atividade turística, com o número de hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico¹ a reduzir-se para metade do registo do mesmo mês do ano anterior: o número de hóspedes nacionais e estrangeiros registaram uma queda homóloga de 51% e 48%, respetivamente. Já os meses de abril e maio deverão ser caracterizados por uma paralisação quase total do setor. Em particular, estima-se que, nestes dois meses, a chegada de passageiros em voos turísticos se reduza em cerca de 93%². Além disso, 80% dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram cancelamento de reservas entre março e agosto, assinalando já no mês de março uma queda homóloga de 60% nos seus proveitos.

A importância do turismo para a economia portuguesa torna relevante analisar o impacto da emergência sanitária na atividade turística e quais as consequências da pandemia para o futuro do setor.

Em 2019, o turismo não residente gerou 18.431 milhões de euros em receitas, correspondendo a 8,7% do PIB, mas o mês de março de 2020 registou já uma redução homóloga das receitas de turismo internacional de 43%, significando que no conjunto do primeiro trimestre deste ano as exportações de turismo caíram 11%. À medida que as medidas de contenção começam a ser reduzidas, continuará a existir limitação à mobilidade internacional, permitindo-nos concluir que o turismo não residente recuperará lentamente. Desta forma, num cenário em que as exportações de turismo apresentem quebras homólogas em torno de 95% no segundo trimestre (pico da pandemia), 75% no terceiro trimestre e 50% no quarto trimestre, resulta uma quebra anual em torno dos 65%. Isto significaria que só o

Portugal: hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico

(Hóspedes em milhões)



Fonte: BPI Research, com base em dados do INE.

turismo não residente seria responsável por uma queda de 13% nas exportações totais e de 6% do PIB em 2020.

No entanto, a importância do setor turístico na economia vai para além do turismo não residente. Em 2019, o setor representou 15% do PIB³ e 10% do emprego. Com base na evolução dos proveitos do setor, é possível estimar uma taxa de atividade turística em torno de 80% durante o primeiro trimestre. Já no segundo trimestre no pico da pandemia, a taxa de atividade do setor deverá reduzir-se para valores em torno de 10%. Num cenário em que a taxa de atividade aumenta para 40% no terceiro trimestre e 60% no quarto trimestre, é possível projetar uma redução da atividade turística em torno de 60% em 2020, implicando que só o setor do turismo seria responsável por uma queda de 9% do PIB este ano (ver gráfico).

O impacto irá depender da retoma da mobilidade internacional no terceiro trimestre do ano, período que corresponde a 40% das receitas turísticas anuais. As previsões para o turismo europeu e mundial indicam um declínio da atividade turística em torno de 40% em 2020⁴, com o início da recuperação projetado para 2021. Apesar de se esperar uma recuperação já no próximo ano, os níveis pré-crise de atividade turística deverão demorar alguns anos a ser alcançados. A crise da COVID-19 terá um impacto sem precedentes na atividade, originando um elevado nível de incerteza quanto aos hábitos de vida e padrões de consumo. Desta forma, as consequências reais do «novo normal» irão depender da evolução da doença e da duração dos protocolos e práticas de distanciamento físico, assim como das restrições à mobilidade internacional.

1. Inclui alojamento local.

2. Variação homóloga estimada pelo Turismo de Portugal.

3. Peso do consumo turístico no PIB.

4. Fonte: European Travel Commission.

Indicadores de atividade e emprego

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2018	2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	1T 2020	03/20	04/20	05/20
Índice coincidente para a atividade	2,7	1,8	2,1	1,6	1,1	-0,2	-0,9	-1,7	...
Indústria									
Índice de produção industrial	0,1	-2,4	-2,2	-4,1	0,5	-1,3	-7,2	...	...
Indicador de confiança na indústria (valor)	0,8	-3,2	-3,3	-3,7	-4,3	-4,6	-6,1	-15,9	-26,8
Construção									
Licenças de novas construções (acum. 12 meses)	19,1	7,9	16,6	13,6	7,9	2,3	2,3	...	...
Compra e venda de habitações	16,8	1,7	-6,6	-0,2	6,1	...	...	...	...
Preço da habitação (euro / m ² – avaliação bancária)	8,6	10,4	10,2	11,0	11,1	11,2	10,3	9,5	...
Serviços									
Turistas estrangeiros (acum. 12 meses)	4,8	7,1	5,3	6,0	7,1	2,8	2,8	...	...
Indicador de confiança nos serviços (valor)	14,1	12,9	14,2	11,5	10,6	5,8	2,7	-18,2	-39,6
Consumo									
Vendas no comércio a retalho	4,2	4,4	5,7	4,3	3,7	3,0	-4,7	-22,1	...
Indicador coincidente do consumo privado	2,5	2,6	2,7	3,0	2,3	-0,3	-1,5	-2,7	...
Indicador de confiança dos consumidores (valor)	-4,6	-8,0	-8,9	-7,6	-7,1	-8,6	-9,9	-21,0	-29,1
Mercado de trabalho									
População empregada	2,3	1,0	0,9	0,9	0,5	-0,3	...	...	...
Taxa de desemprego (% da pop. ativa)	7,0	6,5	6,3	6,1	6,7	6,7	...	...	...
PIB	2,6	2,2	2,1	1,9	2,2	-2,3	...	...	...

Preços

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2018	2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	1T 2020	03/20	04/20	05/20
Inflação global	1,0	0,3	0,5	-0,2	0,3	0,4	0,0	-0,2	-0,7
Inflação subjacente	0,7	0,5	0,6	0,1	0,4	0,2	0,0	-0,2	-0,4

Setor externo

Saldo acumulado durante os últimos 12 meses em milhares de milhões de euros, exceto quando é especificado o contrário

	2018	2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	1T 2020	03/20	04/20	05/20
Comércio de bens									
Exportações (variação homóloga, acum. 12 meses)	5,2	3,5	3,3	2,1	3,5	1,5	1,5	...	...
Importações (variação homóloga, acum. 12 meses)	8,3	6,4	8,3	7,8	6,4	2,6	2,6	...	...
Saldo corrente	0,8	-0,2	-0,2	-0,6	-0,2	-0,6	-0,6	...	...
Bens e serviços	1,5	0,8	0,5	0,2	0,8	0,4	0,4	...	...
Rendimentos primários e secundários	-0,7	-1,0	-0,8	-0,8	-1,0	-1,0	-1,0	...	...
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	2,8	1,9	1,7	1,4	1,9	1,5	1,5	...	...

Crédito e depósitos dos setores não financeiros

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2018	2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	1T 2020	03/20	04/20	05/20
Depósitos¹									
Depósitos das famílias e empresas	3,8	5,0	4,5	5,3	5,2	5,7	6,4	...	...
À vista e poupança	14,3	14,4	13,3	15,1	14,9	16,5	17,6	...	...
A prazo e com pré-aviso	-3,0	-2,4	-2,3	-2,5	-2,8	-3,4	-3,2	...	...
Depósitos das Adm. Públicas	-1,9	-13,6	-11,9	-17,1	-13,7	-7,6	-9,3	...	...
TOTAL	3,5	4,0	3,6	4,1	4,2	5,1	5,7	...	...
Saldo vivo de crédito¹									
Setor privado	-1,5	-1,2	-1,3	-0,7	-0,6	-0,2	0,1	...	...
Empresas não financeiras	-4,0	-4,2	-4,1	-3,3	-3,3	-3,5	-2,6	...	...
Famílias - habitações	-0,8	-0,1	0,0	0,0	-0,2	0,1	0,2	...	...
Famílias - outros fins	4,2	4,1	2,7	4,2	6,3	8,5	7,8	...	...
Administrações Públicas	2,4	-8,5	-8,2	-6,4	-7,1	-5,0	-4,9	...	...
TOTAL	-1,4	-1,5	-1,6	-1,0	-0,9	-0,4	-0,1	...	...
Taxa de incumprimento (%)²	9,4	6,1	8,3	7,7	6,1	...	...	...	...

Notas: 1. Residentes em Portugal. As variáveis de crédito não incluem titularizações. 2. Dado fim do período.

Fonte: BPI Research, a partir dos dados do INE, do Banco de Portugal e Datastream.